

ATA DE REUNIÃO DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2019

1 Aos vintes e dois dias de Abril de 2019, das 09h às 13h, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia
2 Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH Rio das Velhas), no auditório da SUPRAM, Rua Espírito Santo, nº 495, 4º
3 Andar, Centro – Belo Horizonte/MG. **Participaram os seguintes conselheiros titulares gestão 2017-2021:** Ênio
4 Resende de Souza, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER MG; Clarissa Bastos Dantas,
5 Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM; Leandro Vaz Pereira, Consórcio de Saneamento Básico Central
6 de Minas – CORESAB; Poliana Aparecida Valgas de Carvalho, Prefeitura Municipal de Jequitibá; Renato Júnio
7 Constâncio, CEMIG Geração e Transmissão S.A.; Wagner Soares Costa, Federação das Indústrias do Estado de
8 Minas Gerais – FIEMG; Marco Aurélio Andrade Corrêa Machado, Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo;
9 Nelson Cunha Guimarães – Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA; Luiz Felipe Pedersoli
10 Porto Maia, Associação Comunitária dos Moradores e Produtores da Agricultura Familiar de Campo Alegre,
11 Capim Branco, Serragem, Boquinha, Recanto, Varginha e Marmelada; José Procópio de Castro, Associação de
12 Desenvolvimento de Artes e Ofícios – ADAO e Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, Fórum Nacional da
13 Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC CBH e Marcus Vinícius Polignano, Instituto
14 Guaicuy – SOS Rio das Velhas. **Participaram os seguintes conselheiros suplentes gestão 2017-2021:** Fúlvio
15 Rodriguez Simão, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG (no exercício da titularidade);
16 Rodrigo Martins Silva, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD (no
17 exercício da titularidade); Sandra Pereira Silva, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais –
18 IEPHA (no exercício da titularidade); Eustáquio Pinheiro da Silva, Prefeitura Municipal de Lassance (no
19 exercício da titularidade); Germânia Florência Pereira Gonçalves, Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo (no
20 exercício da titularidade); Eric Alves Machado, Prefeitura Municipal de Contagem (no exercício da
21 titularidade); Luiz Cláudio de Castro Figueiredo, VALE S.A. (no exercício da titularidade); Nathália Freire de
22 Oliveira, Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Sete Lagoas (no exercício da titularidade); Ricardo Aguilar
23 Galeno, Instituto Ambiental de Conservação - The Nature Conservancy do Brasil (no exercício da titularidade);
24 Tarcísio de Paula Cardoso, Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha – ACOMCHAMA; Cecília Rute
25 de Andrade Silva, Movimento CONVIVERDE (no exercício da titularidade) e Maria Luisa Lelis Moreira,
26 Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu – COMUPRA. **Participaram também:** Élio Domingos,
27 Adriana Carvalho, Polítacito Santos, Izabel Nogueira, Dimas Correa, Jeam Alcântara e Derza Nogueira, Equipe
28 de Mobilização do CBH Rio das Velhas; Luiz Guilherme Ribeiro, Rodrigo de Angelis e Michelle Parron,
29 Comunicação CBH Rio das Velhas; Diogo de Carvalho, Patrícia Sena, Thiago Campos, Célia Fróes, Jacqueline
30 Fonseca e Flávia Mendes, Agência Peixe Vivo; Rafael Gontijo, IGAM; João Clímaco, FONASC-CBH; Alexandre
31 Picorelli, SAAE Sete Lagoas; Amanda Medeiros, Gabinetona; Rafael Nonato, Rádio Itatiaia; Álvaro Oliveira e
32 Weslei Peçanha, SUDECAP; Márcia Cruz, Jornal Estado de Minas; Diego Lamounier e Guilherme Henrique,
33 Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo; Tiago de Holanda, Rádio UFMG Educativa; Karine Marques, FEAM e
34 Marcelo Gomes. **Justificaram ausência:** Humberto Fernando Martins Marques, Prefeitura Municipal de Belo
35 Horizonte – em férias. Após a recepção, credenciamento e verificação de quórum, o Presidente do CBH Rio
36 das Velhas, Marcus Vinícius Polignano agradece a presença de todos e em seguida apresenta a pauta: **Item 1.**
37 **Abertura e verificação de quórum; Item 2.** Informes; **Item 3.** Aprovação da ata da 103ª reunião realizada em
38 14/12/2018 e aprovação da ata da reunião extraordinária realizada em 31/01/2019; **Item 4.** Situação das
39 Barragens no Alto Rio das Velhas – Apresentação FEAM; **Item 5.** Situação Mundo Mineração – Apresentação
40 COPASA; **Item 6.** Deliberação Normativa que “Dispõe sobre o Processo de Outorga 5210/2016 – Canalização
41 e/ou retificação de curso d’água para controle de cheias”. Curso d’água: Ribeirão Arrudas. Requerente:
42 Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP; **Item 7.** Apresentação sobre o Programa Pró
43 Mananciais – Programa Revitaliza. Apresentação: COPASA; **Item 8.** Apresentação sobre o tratamento de
44 esgoto no município de Itabirito. Apresentação: SAAE Itabirito; **Item 9.** Assuntos Gerais e **Item 10.**
45 **Encerramento. Item 2. Informes: Clipping de notícias de ações realizadas na Bacia do Rio das Velhas - Tanto**
46 **Expresso.** O Presidente do Comitê, Marcus Vinícius Polignano, passa a palavra para o representante da Tanto
47 Expresso, Luiz Guilherme Ribeiro, que apresenta as principais notícias das ações institucionais, de mobilização
48 e educação ambiental do CBH Rio das Velhas no período de Janeiro a Abril, como, por exemplo, a realização
49 de reuniões dos Subcomitês e das Câmaras Técnicas, eleição da nova coordenação do SCBH Caeté-Sabará e
50 reunião do grupo CONVAZÃO; acompanhamento das discussões e da aprovação do Projeto de Lei Mar de
51 Lama Nunca Mais; acompanhamento das visitas técnicas da CPI das barragens; visitas técnicas dos SCBH’s
52 Itabirito e Nascentes em barragens de suas respectivas UTE’s; acompanhamento das atividades dos Projetos

ATA DE REUNIÃO DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2019

53 Hidroambientais e dos Planos Municipais de Saneamento contratados; realização de coletiva de imprensa na
54 sede do CBH Rio das Velhas sobre a questão das inundações da Avenida Vilarinho e audiência pública para
55 discutir o pacote de obras da Prefeitura de Belo Horizonte para contenção das cheias nesta via;
56 acompanhamento das ações do SAAE de Itabirito e do Programa Pró-Mananciais da COPASA, parceiros
57 institucionais do Comitê; participação de membros do Comitê e da Equipe de Mobilização do CBH Rio das
58 Velhas em evento da Agência Nacional de Águas sobre o Programa Produtor de Água, entre outras ações. Na
59 oportunidade, Adriana Carvalho, Analista Ambiental da equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas, que
60 acompanha as ações do SCBH Águas da Moeda, fala sobre o status do projeto hidroambiental de Fechos. Diz
61 que já foram realizados dois dos três seminários previstos para discutir a questão dos impactos e da expansão
62 da Estação Ecológica de Fechos e que recentemente deliberou-se, em reunião do SCBH, de que seria mantida
63 a proposta de expansão da Estação e não a mudança de categoria desta unidade de conservação. Informa que
64 o Projeto de Lei para expansão da UC voltou a tramitar na Assembleia Legislativa e que, caso tal expansão se
65 concretize, o objetivo do projeto será alcançado. O Presidente do CBH Rio das Velhas, Marcus Polignano,
66 complementa que na Semana da Água o Comitê esteve presente da Assembleia cobrando mais uma vez o
67 fortalecimento do IGAM e, sobretudo do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e diz que na nova gestão há
68 mais deputados sensíveis às causas defendidas pelo Comitê, o que contribui para que projetos de lei com o de
69 Fechos possam ter destaque. **Status dos projetos em andamento/Status dos projetos a serem contratados/
70 Programa Revitaliza – Agência Peixe Vivo.** Com a palavra, a Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, Célia Fróes,
71 informa sobre o Decreto 47.633 de 12 de Abril de 2019 que regulamenta os Contratos de Gestão firmados
72 entre Estado (IGAM) e Agências de Bacias Hidrográficas, relativos à gestão estadual de recursos hídricos. Diz
73 que tal regulamentação era uma demanda dos comitês e agências desde 2010 e que a partir do Decreto os
74 processos de contratação de projetos e, sobretudo a aplicação dos recursos da cobrança terão menos
75 burocracias e morosidade. Diz que anterior ao Decreto, para que as contratações fossem realizadas, era
76 necessário fazer cotações com valor de mercado e que por muitas vezes havia demora no repasse dos
77 orçamentos por parte das empresas. Explica que a partir de agora será permitida a composição do preço de
78 acordo com tabelas oficiais dos órgãos competentes, o que diminuirá o tempo que era gasto nas cotações. Diz
79 que o Decreto é uma vitória para os comitês e entidades equiparadas e ressalta a importância do apoio do
80 CBH Rio das Velhas, na figura do Presidente Marcus Polignano, na cobrança pela publicação do documento.
81 Na sequência, Patrícia Sena, Assessora Técnica da Agência Peixe Vivo apresenta o estado da arte dos projetos
82 executados com recursos da cobrança pelo uso da água. **Projetos Encerrados de 2018.** Análise de influências
83 dos usos de recursos hídricos sobre as vazões disponíveis em regiões da bacia; Melhoria hidroambiental em
84 estradas rurais, nos municípios de Várzea da Palma e Lassance (UTE Guaicuí); Revitalização de quatro
85 microbacias na UTE Nascentes (UTE Nascentes), Estudo de identificação de áreas de recarga de lençol freático
86 na UTE Ribeirão Picão (UTE Picão); Sistemas de Informações Georreferenciadas da bacia do Rio das Velhas –
87 SIGA; Revitalização de 04 (quatro) nascentes urbanas em Belo Horizonte, Sabará e Contagem (UTE Arrudas) e
88 Revitalização de nascentes urbanas na Bacia do Ribeirão Onça (UTE Ribeirão Onça). **Projetos Vigentes: Ações
89 de Gestão Ambiental e Participação.** Comunicação, Assessoria de Imprensa, Produção Editorial, Comunicação
90 de Imprensa e on line; Educação e Mobilização Social e Assessoramento para fiscalização de projetos.
91 **Projetos Especiais.** Análises de qualidade das águas conforme demandas. **Ações de Preservação e Produção
92 de Água.** Operação e fornecimento de mudas Viveiro Langsdorff; Comunicação e mobilização social e
93 comunitária em torno da importância hídrica da Estação Ecológica de Fechos, Nova Lima (UTE Águas da
94 Moeda); Por aqui passa um rio” – monitoramento participativo e mobilização (UTE Águas da Moeda); Difusão
95 de sistemas agroecológicos (UTE Ribeirão Jequitibá); Projeto Hidroambiental para Proteção das Águas do
96 Cabral (UTE Guaicuí); Diagnóstico da qualidade e disponibilidade das águas tendo como base o PDRH Velhas e
97 implementação de ações de fomento à agricultura agroecológica sustentável no Distrito de Ravena, Sabará
98 (UTE Poderoso Vermelho); Diagnóstico e Plano de Ações de Lagoas Cársticas, Matozinhos (UTE Carste);
99 Diagnóstico de nascentes, focos erosivos e áreas degradadas na área de influência hídrica da Estação
100 Ecológica de Fechos, Nova Lima (UTE Águas da Moeda); Diagnóstico de propriedades rurais Ribeirão Carioca
101 (Itabirito) para subsidiar pagamento por serviços ambientais (UTE Itabirito); Projeto Hidroambiental Curimataí
102 (UTE Curimataí) e Projetos Hidroambientais nas UTE’s Cipó, Peixe Bravo, Santo Antônio – Maquiné e Paraúna.
103 **Planos Municipais de Saneamento Básico.** PMSB’s dos municípios de Datas, Gouveia e Lassance e PMSB’s de
104 Capim Branco, Esmeraldas, Confins e Jequitibá. **Projetos Suspensos e/ou em fase de Reformulação.**

ATA DE REUNIÃO DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2019

105 Elaboração de projetos para a recuperação da Mata da Caixinha e Mobilização social (UTE Caeté-Sabará);
106 Treinamento de gestores municipais para adequação e conservação de estradas vicinais (UTE Jequitibá);
107 Revitalização da Lagoa do Fluminense, em Matozinhos (UTE Carste) e Projeto Hidroambiental – Aplicação das
108 metodologias ZAP e ISA (UTE Jequitibá). **Projetos em Fase de Contratação.** Projeto Hidroambiental – UTE
109 Bicudo (UTE Bicudo) - em fase recursal; Resgatando jovens: capacitação de viveiristas em Várzea da Palma
110 (UTE Guaicuí) e Elaboração de 02 Planos de Manejo APA Serra do Cabral Lassance e Várzea da Palma (UTE
111 Guaicuí) - em cotação; Elaboração de Termos de Referência, Lote 1 (7), Lote 2 (8) e Lote 3 (7) – ato
112 convocatório publicado. **Outros Projetos.** Biomonitoramento na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas;
113 Implantação de sistemas individuais de esgotamento sanitário no distrito da Serra do Cipó; Execução de
114 projeto de recuperação e conservação de matas ciliares em leito natural nas Bacias Hidrográficas dos
115 Ribeirões Arrudas (Parque Dona Valdete) e Onça (Vila Barroquinha). Ainda com a palavra, Patrícia Sena
116 destaca que já foi contratado desde o início das atividades do Comitê um total de cinquenta e cinco projetos
117 dentro da rubrica de investimento (92,5%) e que em 2019 há vinte projetos em execução. **Cumprimento do**
118 **TAC - repasse recursos da cobrança – Agência Peixe Vivo.** Na sequência, Patrícia Sena informa que resta
119 apenas uma parcela do TAC a ser repassada e que até então já foram repassados 17 milhões de reais. Afirma
120 que o pagamento está em dia e que o próximo repasse será de 20,5 milhões de reais. Diz que em 2019 já
121 foram investidos 3,5 milhões de reais na bacia e que a previsão total de investimento para este ano é de 10
122 milhões de reais. Na oportunidade, Marcus Polignano destaca o sucesso do TAC e a importância da cobrança
123 que foi feita para que os comitês recebessem os valores contingenciados. Informa que o IBIO, entidade
124 equiparada ao Comitê do Rio Doce, fez outro TAC para que os recursos a partir de então sejam repassados
125 rigorosamente e diz que o CBH Rio das Velhas está pensando na possibilidade de fazer o mesmo.
126 **Chamamento fornecimento de mudas do Viveiro Langsdorff – Agência Peixe Vivo.** Com a palavra, o Gerente
127 Técnico da Agência Peixe Vivo, Thiago Campos, informa sobre o Chamamento Público para a distribuição de
128 mudas do Viveiro Langsdorff. Contextualiza a parceria feita com a Arcelor Mittal em 2016 para a manutenção
129 do viveiro e informa que no final de 2019 esperava-se que fossem distribuídas cerca de 90 mil mudas a partir
130 do Chamamento. Informa que o Edital foi publicado no final de 2018 e passado o prazo para manifestação de
131 interesse, houve a prorrogação por mais dois meses devido à baixa procura. Informa, ainda, que no fim destes
132 dois meses foram demandadas em torno de 45 mil mudas, representando 50% do que era esperado para
133 distribuição. Nesse sentido, Thiago Campos informa que será realizada reunião após a Plenária entre Agência
134 Peixe Vivo, a Diretoria do Comitê e Equipe de Mobilização do CBH Rio das Velhas para definir estratégias
135 diante do cenário apresentado. O conselheiro Tarcísio Cardoso sugere que os mobilizadores do CBH Rio das
136 Velhas levem a discussão para as reuniões dos Subcomitês e que seus membros apresentem a situação da
137 distribuição de mudas aos secretários de meio ambiente dos municípios pertencentes às UTE's. O vice-
138 presidente do CBH Rio das Velhas, Ênio Resende, sugere que o conselheiro Ricardo Galeno se reúna com a
139 Agência Peixe Vivo para que sua expertise, enquanto engenheiro florestal, possa ser aproveitada. **Projeto Mar**
140 **de Lama Nunca Mais.** O Presidente, Marcus Polignano, contextualiza a criação do Projeto, que visava uma
141 série de alterações nas regras para segurança de barragens, sobretudo aquelas com alteamento à montante,
142 dadas as consequências do rompimento da barragem da Samarco em Bento Rodrigues, distrito de
143 Mariana/MG. Informa que, após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, foi cobrado novamente
144 ao Poder Legislativo do Estado um posicionamento diante da total insegurança das barragens de Minas Gerais
145 e que, finalmente, o Projeto se transformou na Lei 23.291 de 25 de Fevereiro de 2019 que institui a política
146 estadual de segurança de barragens. Na oportunidade, explana sobre algumas diretrizes da Lei, com destaque
147 para os artigos e parágrafos que dizem da responsabilidade do empreendedor sobre a garantia de segurança
148 de suas barragens em todas as fases do licenciamento; da corresponsabilidade do SISEMA sobre o
149 licenciamento, fiscalização e do sistema de segurança de barragens do Estado; da apresentação de caução
150 ambiental por parte do empreendedor como condição para a obtenção da Licença Prévia, com o propósito de
151 garantir a recuperação socioambiental em casos de sinistro ou desativação da barragem; da apresentação de
152 plano de segurança de barragem por parte do empreendedor como condição para a obtenção da Licença de
153 Implantação; da promoção de audiências públicas anterior ao pedido de LP por parte dos órgãos ou entidades
154 competentes junto à população potencialmente afetadas da bacia; do registro em ata das discussões dessas
155 audiências como parte da documentação do processo de licenciamento, da comprovação no EIA/RIMA de
156 inexistência de uma alternativa com menor risco de danos para instalação de barragens; da vedação de

ATA DE REUNIÃO DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2019

157 concessão de licença ambiental caso seja identificada a presença de comunidades na zona de salvamento e
158 caso seja solicitada a instalação de barragem de alteamento à montante; da responsabilidade por parte do
159 empreendedor que possui barragem alteada à montante em operação de migrar para tecnologia alternativa
160 de disposição de rejeitos ou para a descaracterização da barragem em até três anos contados da data de
161 publicação desta Lei; da devolução da água utilizada na barragem para a bacia com, no mínimo, a qualidade
162 em que foi captada; entre outros destaques. Finaliza afirmando que a aprovação do Projeto de Lei é um ganho
163 para a sociedade mineira e um estímulo para que ela se transforme em Lei Federal. **Campanha CBH Rio das**
164 **Velhas 2019 – Tanto Expresso.** Com a palavra, Rodrigo de Angelis, representante da empresa Tanto Expresso,
165 explica que anualmente o CBH Rio das Velhas adota um tema para ser trabalhado na bacia e que nos anos
166 anteriores as campanhas tiveram resultados bastante positivos. Explica também, que a partir do rompimento
167 da barragem da Vale em Brumadinho foi decidido junto à Diretoria do Comitê e à equipe de mobilização do
168 CBH Rio das Velhas que iria-se adotar a questão das barragens e da segurança hídrica na campanha deste ano.
169 Na sequência apresenta a logomarca que irá embasar as ações de comunicação e mobilização junto ao Comitê
170 e subcomitês, com o *slogan* “Que rio queremos? Cuidar é melhor que destruir”. Explica que o *slogan* força o
171 pensamento de que cuidar é necessário e apresenta as peças que serão desenvolvidas a partir dele, como
172 camisas, *layout* do site do CBH Rio das Velhas, entre outras. Sugere que a logomarca seja encaminhada às
173 empresas que estão executando projetos hidroambientais na bacia para que estas utilizem a arte em suas
174 peças de comunicação. O conselheiro Wagner Costa acredita que a degradação atual dos rios da bacia não
175 deveria ser relacionada exclusivamente ao rompimento de barragens, como aparenta a campanha, já que
176 outras atividades impactantes causadas por má eficiência do sistema de saneamento geram prejuízos muito
177 maiores à qualidade dos corpos hídricos. Afirma que o rompimento de uma barragem é uma possibilidade,
178 enquanto a deficiência do saneamento é um impacto contínuo que se arrasta por vários anos, sem que haja
179 uma solução eficaz para o problema. A conselheira Maria Teresa Corujo sugere que o *slogan* traga algo
180 relacionado a um contexto de vida, que atraia a população para campanha fazendo com que ela entenda o rio
181 com um ser vivo. Rodrigo de Angelis explica que o rompimento da barragem foi um gatilho para o tema da
182 campanha, mas que toda a mobilização e comunicação serão direcionadas para as possíveis formas de
183 mitigação de impactos e recuperação ambiental de áreas degradadas da bacia. O vice-presidente do CBH Rio
184 das Velhas, Ênio Resende, vê a campanha de forma positiva e atenta para o fato de que o ponto de
185 interrogação no *slogan* direciona o pensamento crítico para toda a sociedade e não só para um setor. Ressalta
186 que a campanha é urgente já que a bacia do Rio das Velhas se encontra bastante vulnerável, haja vista os
187 riscos de novos rompimentos. A conselheira Cecília Rute sugere que o tema tenha um foco além da calha do
188 rio, abrangendo também as matas e nascente no seu entorno. O conselheiro Tarcísio Cardoso também vê o
189 tema da campanha com bons olhos e ressalta que, como o rompimento da barragem da Vale está em
190 evidência, é impossível não voltar à atenção para essa questão nas discussões que serão promovidas pela
191 campanha. O convidado João Clímaco sugere que deveria ser questionado qual rio será defendido pela
192 sociedade e que a responsabilidade sobre sua defesa deve ser de todos os setores e não só da sociedade civil.
193 O Presidente Marcus Polignano ressalta que é impossível não discutir a questão do rompimento na campanha
194 e que, mais do que nunca, é necessário que os empreendimentos se tornem mais sustentáveis. Ressalta,
195 também, que o tema da campanha é uma pergunta abrangente e que todas as sugestões dos presentes foram
196 contempladas por ela. Após as discussões, Marcus Polignano coloca a campanha para aprovação dos
197 conselheiros, sendo aprovada. O conselheiro Wagner Costa justifica sua abstenção, explicando que a arte da
198 campanha remete à mineração e isso acaba demonizando o setor, mesmo que haja uma interrogação que
199 subjetivamente direcione a pergunta à sociedade como um todo. Ressalta que a prioridade no momento não
200 é a demonização de empresas e nem apenas a culpabilização de responsáveis, mas sim buscar soluções para
201 que os erros não sejam cometidos novamente. Denuncia que os setores que representam a engenharia, como
202 o CREA, não apresentaram sugestões de melhorias para a atividade minerária e que as universidades ainda
203 estão ensinando o método de alteamento à montante como opção de construção de barragens. Na
204 sequência, o convidado João Clímaco atenta para uma questão que lhe chamou a atenção, já que, no início da
205 reunião ordinária em outros Comitês, a pauta do dia é submetida à plenária e o conselheiro que quiser
206 apresentar outros encaminhamentos tem autonomia para tal, o que não foi visto na presente reunião. Na
207 oportunidade se apresenta e diz estar representando a instituição Arca Amaserra em substituição à
208 conselheira Simone Alvarenga. Informa que enviou sugestões de pauta para esta plenária em 21 de Fevereiro,

ATA DE REUNIÃO DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2019

209 mas que ao receber a convocação tais sugestões não estavam pautadas. Nesse sentido, faz dois
210 encaminhamentos: diz que na primeira reunião de 2019 da Câmara de Atividades Minerárias - CMI do
211 Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, foram notadas incongruências entre o licenciamento
212 ambiental e a outorga do processo protocolado pela empresa AVG com intervenções na Serra da Piedade.
213 Sugere que o tema seja discutido numa próxima reunião plenária e que o Comitê se manifeste já que há a
214 presença de projetos hidroambientais sendo executados à jusante do empreendimento e que tais
215 incongruências poderiam impactar no trabalho executado. Na sequência, João Clímaco sugere que seja
216 instituído um grupo de trabalho de segurança de barragens a exemplo do Conselho Nacional de Recursos
217 Hídricos – CNRH e de outros comitês em que participa. Diz que enviou uma minuta à secretaria do CBH Rio
218 das Velhas contendo os devidos “considerandos” e justificativas para que o Comitê, diante da mudança na
219 legislação e dos fatos que vêm ocorrendo, crie uma estrutura mínima que subsidie suas ações na integração
220 entre a política de recursos hídricos e a política de segurança de barragens. Solicita que este encaminhamento
221 seja feito para que o CBH Rio das Velhas trabalhe de forma integrada aos outros comitês de bacia e crie
222 normas para que os órgãos gestores atuem dentro das premissas estabelecidas pelo Comitê. Finaliza
223 afirmando que setores da sociedade civil querem algo além dos eventos que vem sendo realizados para que
224 os comitês sejam protagonistas de uma gestão mais firme dos recursos hídricos. O vice-presidente do CBH Rio
225 das Velhas, Ênio Resende, informa que os conselheiros têm total autonomia para definição da pauta das
226 reuniões plenárias e que a palavra também é aberta a todos durante o item “espaço dos subcomitês” onde os
227 presentes ficam à vontade para darem suas contribuições. Marcus Polignano explica que o processo de
228 outorga da AVG entrou em discussão no âmbito da CTOC para análise desta Câmara, mas que em seguida o
229 mesmo foi retirado de pauta fazendo com que o assunto não fosse discutido e apreciado em Plenária. Propõe
230 que o convidado encaminhe suas considerações sobre esse tema para a CTOC e explica que, em relação ao
231 segundo encaminhamento, o Comitê possui uma limitação legal diante dos órgãos do Estado, mas que nada
232 impede a criação de um GT como sugerido pelo convidado. A conselheira Clarissa Dantas explica que o
233 convidado João Clímaco se apresentou como conselheiro, mas que o IGAM não recebeu o ofício da instituição
234 Arca Amaserra informando sobre a substituição da representante anterior. Afirma que como há assuntos
235 deliberativos na pauta, quem ainda está apta a votar é a conselheira Simone Alvarenga. Na oportunidade,
236 Clarissa Dantas esclarece que a convocação da presente reunião foi enviada com prazo menor do que aquele
237 previsto no Regimento Interno e que, por questão de ordem, a reunião plenária seria configurada como
238 extraordinária e não como ordinária. Finaliza informando que, também por questão de ordem, não foram
239 enviados junto à convocação os documentos complementares para apreciação do processo de outorga, o que
240 dificulta o embasamento para as decisões que serão tomadas. O Presidente, Marcus Polignano, explica que
241 não houve deliberação no âmbito da CTOC, já que houve empate na decisão pelo deferimento ou não do
242 processo de outorga. Explica também, que para não haver a necessidade de dar *ad referendum* no processo,
243 preferiu trazer a discussão para a Plenária onde os conselheiros tomariam conhecimento dos dados técnicos
244 do processo por meio das discussões, podendo assim deliberar sobre a questão. **Item 3. Aprovação da ata da**
245 **103ª reunião realizada em 14/12/2018. Aprovação da ata da reunião extraordinária realizada em**
246 **31/01/2019.** O secretário do CBH Rio das Velhas, Renato Constâncio, coloca as atas para aprovação, sendo
247 aprovadas na sequência. O secretário reitera que a numeração das atas extraordinárias não está
248 regulamentada e ressalta que será preciso tratar dessa questão numa próxima reunião. **Item 4. Situação das**
249 **Barragens no Alto Rio das Velhas – Apresentação FEAM.** A Gerente de Resíduos, Sólidos Industriais e da
250 Mineração do IGAM, Karine Marques, apresenta o Banco de Declarações Ambientais (BDA) onde é feito o
251 acompanhamento da situação das barragens cadastradas nesse sistema. Explica que o cadastro é realizado
252 pelo empreendedor, onde ele apresenta dados técnicos, de localização e a finalidade daquela barragem que
253 fora cadastrada. Ressalta que os cadastros devem ser realizados antes da concessão da LP e que para a
254 obtenção da Licença de Operação – LO, o empreendedor deverá juntar ao processo de licenciamento a
255 Auditoria Técnica de Segurança e a sua respectiva Declaração de Condição de Estabilidade. Apresenta os
256 critérios para definição do porte das barragens e dos reservatórios de acordo com as Deliberações Normativas
257 do COPAM 62/2002 e 87/2005 e para classificação de barragens quanto ao potencial de dano ambiental.
258 Explica que, em consonância com a DN COPAM n.º 87/2005, todas as barragens de resíduos/rejeito da
259 mineração e da indústria devem passar por Auditoria Técnica de Segurança com periodicidade definida de
260 acordo com a classe da estrutura. Explica, também, que a Auditoria Técnica de Segurança e a sua respectiva

ATA DE REUNIÃO DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2019

261 declaração de condição de estabilidade devem ser independentes, feitas por profissionais externos ao quadro
262 de funcionários da empresa. Afirma que a Declaração de Condição de Estabilidade pode ser considerada um
263 extrato das Auditorias Técnicas de Segurança de Barragens, na qual o auditor explicita em que condição de
264 estabilidade a barragem se encontra. Em relação às competências da FEAM, Karine Marques explica que a
265 entidade faz a gestão do Banco de Declarações Ambientais e a verificação em campo do cumprimento das
266 recomendações das Auditorias Técnicas de Segurança de Barragens. Na sequência, apresenta mapa do Alto
267 Rio das Velhas com a localização das barragens de rejeito/resíduos cadastradas no BDA. Informa que nessa
268 porção da bacia há 69 barragens cadastradas, sendo 16 delas sem garantia de estabilidade. Apresenta as
269 barragens que estão com instabilidade na estrutura e ressalta que algumas delas foram classificadas como
270 instáveis porque o empreendedor ainda não havia apresentado a Declaração de Condição de Estabilidade.
271 Finaliza explanando sobre as mudanças trazidas pela Lei 23.291/2019 e que a FEAM está pleiteando um
272 reforço no quadro de servidores, haja vista o baixo número de funcionários aptos para atenderem as
273 demandas de fiscalização. O Presidente do CBH Rio das Velhas, Marcus Polignano, informa que enviou a todos
274 os conselheiros os *shapes* contendo as manchas de inundação de algumas barragens do Alto Velhas. Diz-se
275 preocupado em relação às barragens classificadas como instáveis e que, diferentemente do Paraopeba, o
276 abastecimento da grande BH não possui um plano B. Denuncia que apenas VALE e Defesa Civil têm se
277 manifestado sobre as questões das barragens e as medidas que vem sendo tomadas e que o SISEMA é quem
278 deveria estar à frente da comunicação com a sociedade. Afirma que o sucateamento do órgão é uma forma
279 de que não se cumpra a lei e que o aumento de efetivo é uma demanda antiga junto à Assembleia. Cobra
280 oficialmente o posicionamento mais assíduo da SEMAD e, sobretudo da FEAM, além de solicitar ao
281 representante da VALE no Comitê, maiores informações acerca do cronograma e propostas de ações para que
282 as barragens não se rompam. O conselheiro Luiz Claudio Figueiredo se compromete a encaminhar o pedido
283 do Comitê ao setor responsável na VALE e que dará um retorno formal sobre a demanda numa próxima
284 reunião. Informa que foi criada uma estrutura dedicada ao rompimento em Brumadinho e à questão do
285 descomissionamento das barragens da empresa. Afirma que está havendo uma grande dificuldade de
286 conseguir as Declarações de Condição de Estabilidade de algumas barragens, pois, os auditores não querem
287 se comprometer ao assiná-las. O conselheiro Ricardo Galeno aponta sua preocupação em relação ao baixo
288 efetivo da FEAM para fiscalização e sugere que seja feito o uso de *drones* para minimizar o problema.
289 Preocupa-se com uma possível morosidade para análise de processos de licenciamento para
290 descomissionamento de barragens devido o sucateamento do órgão. Karina Marques informa que já foi
291 solicitada a compra de *drones*, mas que não houve sucesso no pedido. Fala que além do baixo quadro de
292 servidores, não há na FEAM, por exemplo, um engenheiro de segurança de barragens, evidenciando que além
293 da falta de recursos e de profissionais, falta também capacitação dos profissionais. A conselheira Maria Teresa
294 Corujo sugere que seja enviado um comunicado oficial do Comitê à Agência Nacional de Águas, ao Ministério
295 da Saúde, à Agência Nacional de Mineração, à FEAM, à SEMAD e aos Ministérios Públicos Estadual e Federal,
296 informando que o CBH manifestou sua preocupação diante da ausência de medidas que solucionem
297 imediatamente a questão das barragens configuradas como instáveis. O conselheiro Wagner Costa informa
298 que está havendo algumas contradições no processo de apresentação de medidas, pois, já houve o debate
299 propositivo de ações para o descomissionamento, mas que ao mesmo tempo os órgãos e empresas não
300 possuem autorização para adentrar as áreas das barragens com pessoal e equipamento devido à proibição do
301 Ministério do Trabalho. Com a palavra, Karine Marques explica que a prioridade da FEAM agora é atender as
302 demandas de fiscalização do Ministério Público que aumentaram significativamente após o rompimento em
303 Brumadinho e que só após o término desses trabalhos será possível definir uma nova programação anual de
304 fiscalização. O Presidente Marcus Polignano sugere que seja encaminhada ao Estado uma demanda de
305 instalação de uma comissão de acompanhamento de barragens que inclua o Poder Público, sociedade civil,
306 empreendedores, FIEMG e outros atores para denunciar e solucionar a fragilização do sistema de fiscalização,
307 sendo a sugestão aprovada pelos conselheiros presentes. **Item 5. Situação Mundo Mineração – Apresentação**
308 **COPASA.** O conselheiro Nelson Guimarães informa sobre as ações da COPASA em relação ao
309 descomissionamento da barragem abandonada da empresa Mundo Mineração desde 2012. Diz que houve
310 uma série de ações da SEMAD para a solução do abandono das barragens, em que o órgão procurou o
311 empreendedor, mas não obteve sucesso. Informa que o ônus do descomissionamento foi para o Estado e a
312 partir de um termo de cooperação, a COPASA entrou como responsável pela execução das obras. Diz que a

ATA DE REUNIÃO DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2019

313 Companhia iniciou os trabalhos em 11 de Abril e justifica que tal decisão foi tomada devido a urgência dessas
314 obras visando a preservação de Bela Fama. Explica que os trabalhos foram incorporados ao Programa Pró-
315 Mananciais e que a obra tem um custo previsto de 7 milhões de reais. Informa que as barragens não foram
316 alteadas no método a montante, mas que não havia estabilidade garantida nas suas estruturas. Ainda com a
317 palavra, Nelson Guimarães explica que há rejeitos e efluentes líquidos contaminados nas barragens e que
318 desde 2015 a COPASA vem fazendo ações emergenciais na área, realizando a manutenção de drenagem,
319 monitoramento de piezômetros, entre outras ações. Diz que o projeto de fechamento das barragens tem por
320 objetivo a integração da área à paisagem local, visando promover a preservação dos ecossistemas locais e
321 fazer com que a área afetada se torne capaz de oferecer condições de segurança e saúde pública a longo
322 prazo. Informa que, além disso, espera-se que na conclusão do projeto o meio ambiente esteja livre dos
323 agentes de deterioração química e física, que as condições de drenagem natural sejam reestabelecidas, que a
324 vegetação seja recomposta e que a área possa ter um uso benéfico e sustentável, comprovando assim o
325 sucesso do fechamento das barragens. Na sequência, apresenta as etapas das obras que serão realizadas em
326 cada uma das barragens, diz que as atividades terão prazo de realização de 12 meses e que será feito um
327 monitoramento durante 36 meses. O Presidente do CBH Rio das Velhas, Marcus Polignano, solicita que o
328 conselheiro sempre traga notícias das obras e sugere que futuramente o Comitê possa visitar o local. **Item 6.**
329 **Deliberação Normativa que “Dispõe sobre o Processo de Outorga 5210/2016 – Canalização e/ou retificação**
330 **de curso d’água para controle de cheias”. Curso d’água: Ribeirão Arrudas. Requerente: Superintendência de**
331 **Desenvolvimento da Capital – SUDECAP.** O conselheiro e membro da CTOC, Tarcísio Cardoso, apresenta o
332 último processo de outorga em debate no âmbito da Câmara. Informa que a reunião ordinária foi convocada
333 em 25 de Março de 2019, seguida da visita técnica em 08 de Abril de 2019 e reunião deliberativa em 16 de
334 Abril de 2019. Explica que não houve encaminhamento deliberativo da CTOC em relação ao processo, pois,
335 houve empate entre os membros, em que 3 (três) conselheiros entenderam que o processo deveria ser
336 deferido em plenária e outros 3 (três) consideraram que o Comitê não deveria conceder a outorga. O
337 representante da SUDECAP, Wesley Peçanha, apresenta à Plenária o local previsto de intervenção, bem como
338 sua finalidade e os dados técnicos da obra. Em seguida, a Assessora Técnica da Agência Peixe Vivo, Flávia
339 Mendes informa que o parecer técnico do IGAM sugeriu o deferimento deste processo e complementa que o
340 processo que está sendo apreciado se trata da canalização de um trecho do Ribeirão Arrudas que consiste em
341 um tratamento de margens, com a instalação de gabião, evitando o carreamento de sedimentos para a bacia
342 de contenção à jusante. Esclarece que as outras intervenções que fazem parte do pacote de obras para a
343 região não serão apreciadas nesta reunião e que todos os questionamentos da CTOC e da Agência Peixe Vivo
344 foram respondidos pela SUDECAP. Afirma que uma das principais preocupações dos conselheiros era em
345 relação ao monitoramento e manutenção do canal que receberá a intervenção, já que, durante as visitas
346 realizadas na área foi percebido o lançamento de esgoto e resíduos sólidos por parte da comunidade do
347 entorno, o que poderia assorear tanto este trecho como o reservatório à jusante. Explica que diante da
348 preocupação, a SUDECAP garantiu que possui programas de manutenção para todas as suas obras e que neste
349 caso também haveria o controle desses lançamentos. Na sequência, Rafael Gontijo, da Unidade Regional de
350 Gestão das Águas – Central Metropolitana, informa que assim como o membro da CTOC, Rodrigo Silva, não
351 recebeu a convocação para a reunião desta Câmara no dia 16 de Abril de 2019. Informa, também, que as
352 condicionantes estabelecidas pela CTOC provavelmente serão retiradas, já que, os aspectos do processo
353 alheios à questão dos recursos hídricos devem ser avaliados pelo processo de licenciamento e não pelo
354 processo de outorga. Sugere que elas sejam encaminhadas para a Prefeitura na figura do COMAM para que
355 posteriormente sejam transformadas em recomendações. A conselheira Cecília Andrade fala sobre a
356 concepção do projeto do Parque Arrudas e diz que na época em que ele foi criado o cenário em eventos de
357 enchentes era pior do que o atual, com cerca de 1250 famílias vivendo nas margens do Arrudas que ficavam
358 ilhadas devido às inundações. Diz que, inicialmente, o projeto visava a canalização de todo o ribeirão e que
359 com a união dos trabalhos entre Subcomitê Arrudas e CBH Rio das Velhas o projeto foi modificado, tendo
360 como foco principal a revitalização do rio aproveitando os trechos de leito natural e retirando famílias em
361 situação de risco. Relata que foi feita uma parceria entre Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de
362 Contagem e Governo do Estado para que a desapropriação e realocação de famílias fossem feitos e que em
363 todo o processo a comunidade participou das discussões, promovidas por meio de audiências públicas onde
364 havia a participação de moradores, Poder Público e empresas da região. Ressalta que foram construídos três

ATA DE REUNIÃO DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2019

365 viadutos, cinco pontes e uma trincheira e que todas as obras foram realizadas sem ser necessária a realização
366 de intervenções na calha do rio. Ainda com a palavra, Cecília Andrade destaca que 95% do pacote de obras
367 previsto para a região estão dentro de Contagem, assim como boa parte da bacia e que não se sabe como
368 será dividida a responsabilidade pela manutenção da área. Preocupa-se com a questão da limpeza e fiscalização
369 do local caso o processo seja deferido, pois, nas outras bacias de detenção que foram construídas, há,
370 atualmente, suinocultura, lançamento de esgoto e de resíduos, entre outras atividades distintas da finalidade
371 dessas bacias. Atenta para o fato de que alguns metros do local da intervenção há a presença de dois
372 hospitais e de um campo de futebol na Vila São Paulo conquistado com muita luta pela comunidade e que
373 sofrerá impactos com a construção da bacia. Finaliza afirmando que nascentes na área do Parque Arrudas já
374 apresentaram melhores condições e que os impactos gerados a partir das intervenções farão com que a
375 comunidade tenha prejuízos na saúde e na segurança. O conselheiro Wagner Costa afirma que o processo
376 deveria ser deferido pelos membros da Plenária, justificando que a função do Comitê é de legislar apenas
377 sobre outorga. Diz que as preocupações dos conselheiros podem ser encaminhadas ao Sistema Estadual de
378 Meio Ambiente e aos demais órgãos envolvidos em forma de recomendação e que posteriormente deve ser
379 feita uma fiscalização do que está e do que não está sendo cumprido. Após maiores discussões, o Presidente
380 Marcus Polignano coloca a Deliberação em votação. Com 7 (sete) votos contrários, 6 (seis) votos favoráveis e
381 3 (três) abstenções a plenária decide pelo indeferimento do processo. **Item 7. Apresentação sobre o**
382 **Programa Pró-Mananciais – Programa Revitaliza. Apresentação: COPASA e Item 8. Apresentação sobre o**
383 **tratamento de esgoto no município de Itabirito. Apresentação: SAAE Itabirito.** Devido o avançar do horário e
384 da ausência da representante do SAAE de Itabirito, os itens 7 e 8 não foram apresentados, sendo remarcados
385 para a próxima Reunião Plenária. **Item 09. Assuntos Gerais.** A conselheira Maria Teresa Corujo anuncia que
386 esta é a sua última participação em plenárias do Comitê representando o FONASC, diz que está à disposição
387 do CBH e solicita que continue recebendo as convocações para ter conhecimento das discussões que serão
388 realizadas. **Item 10. Encerramento.** Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente Marcus Vinícius
389 Polignano encerra a reunião, da qual se lavrou a presente ata.

390
391
392
393
394

Marcus Vinícius Polignano
Presidente do CBH Rio das Velhas.